



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
8ª Superintendência Regional

INSTRUMENTO PARTICULAR DE CESSÃO GRATUITA DE USO E POSSE

Pelo atual instrumento Particular de Cessão de Uso e Posse, e nos melhores termos de direito, as partes adiante nomeadas e qualificadas têm, entre si, ajustado o presente que se regerá pelas seguintes Cláusulas e Condições, que reciprocamente aceitam e outorgam para o fiel cumprimento da lei, e pontualmente cumprirem por si, seus herdeiros e sucessores a qualquer título, a saber:

1. DAS PARTES

1.1. De um lado, como CEDENTE(S):

•

1.2. De outro lado, como CESSIONÁRIA:

- A **Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF**, empresa pública federal, com atual denominação social por força da Lei nº 9.954, de 06 de janeiro de 2000 e do seu Estatuto baixado pelo Decreto nº 3.604, de 20 de setembro de 2000, inscrita no CNPJ sob nº 00.399.857/0014-40, com sede na SGAN, Quadra 601, Lote 1, Edifício Deputado Manoel Novaes, CEP 70.830-901, Brasília-DF, doravante denominada CODEVASF, neste ato representada por seu Superintendente Regional, **NOME COMPLETO**, brasileiro, **ESTADO CIVIL**, **PROFISSÃO**, **CPF**, **RG**, **ENDEREÇO COMPLETO**, com delegação de competência dada através da Decisão nº 966 de 19 de Julho de 2016.

2. DA CESSÃO DE POSSE

2.1. O(s) cedente(s), na qualidade de legítimos possuidores do imóvel descrito neste instrumento declara que estão na posse mansa e pacífica do mesmo, sem qualquer perturbação ou contestação, seja em função de aquisição de propriedade ou de qualquer forma de ocupação legítima.

2.2. Destarte, permitem a perfuração e a instalação de um poço tubular voltado para o atendimento da comunidade de _____.

2.3. Fica(m) o(s) CEDENTE(S) obrigado(s) a permitir o acesso, a qualquer época, dos técnicos da CODEVASF no local de implantação do poço tubular para vistoria e fiscalização das condições de utilização e estado de conservação do mesmo.

3. CLÁUSULA COMPROMISSÓRIA:

3.1. O poço que será aberto e instalado pela CODEVASF, sempre e a todo tempo será utilizado pela Comunidade, não podendo jamais o CEDENTE, impedir o acesso da referida Comunidade no local onde o mesmo será instalado.

3.2. Em caso de descumprimento efetuar-se-á a imediata busca e apreensão dos equipamentos, bem como possibilitará a abertura de IPL - Inquérito Policial Federal para apurar as responsabilidades pelo ilícito, sem óbice de ressarcimento pela via cível e da configuração de responsabilidade por ilícito contratual.

3.3. Os cedentes se comprometem a ceder a cessionário o referido bem delineado na cláusula seguinte GRATUITAMENTE, que, por sua vez, se obriga a adquirir mediante preço, prazo, cláusulas, condições e termos deste instrumento.

3.4 O cedente se declara ciente da celebração de Termo de Compromisso entre a CODEVASF e o município em que se localiza o bem objeto do presente contrato no qual serão estabelecidas as regras pertinentes ao sistema simplificado de abastecimento de água de acordo com as normas técnicas vigentes e/ou edital de licitação.

4. DO IMÓVEL OBJETO DESTE CONTRATO

4.1. Trata-se do imóvel constante de:

5. DA GRATUIDADE E DO PRAZO DE VIGÊNCIA

6.1. O(s) CEDENTE(S) se obriga(m) a realizar a cessão gratuita de uso do imóvel acima citado, sem qualquer ônus e pelo prazo mínimo de 30 (trinta) anos. (em conformidade com IN/STN 01/97, art. 2º, VII, “d”).

6. DA TOMADA DE POSSE

6.1. Após a assinatura do presente contrato, a CESSIONÁRIA entrará imediatamente na posse do referido imóvel.

6.2. Estando impossibilitada a ocupação do imóvel pela CESSIONÁRIA por qualquer obstáculo criado pelo (s) CEDENTE (S), gerará para este (s) **multa diária de R\$ 100,00 (cem reais)**.

7. CLÁUSULAS DE IRREVOGABILIDADE E IRRETRATABILIDADE

9.1. Este Contrato é regido nos termos dos artigos 417 a 421, do Código C 10406/2002, obrigando o(s) CEDENTE(S) por si, seus herdeiros e sucessores, bem como terceiros que venham adquirir o imóvel onde se situa o objeto da presente cessão.

9.2. Persiste, assim, mesmo que seja procedida a alienação do referido bem, a obrigação da cessão de uso ora firmada. Desde já se obriga(m) o(s) CEDENTE(S) a comunicar a alienação à CESSIONÁRIA para atualização e controle de dados.

8. FORO

10.1. Fica eleito o foro Justiça de Bom Jesus da Lapa, para dirimir quaisquer questões oriundas do presente Contrato.

10.2. E, por estarem assim justos e contratados, assinam o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas idôneas, para que produza seus legais efeitos.

São Luís/MA, _____ de _____ de 20__.

CEDENTES:

CESSIONÁRIA

TESTEMUNHAS

1. _____

2. _____